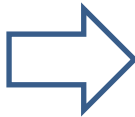


1. O MFA e a eclosão da revolução

Causas:

- Ditadura
- Guerra colonial
 - (jul.1973) Movimento dos Capitães: movimento corporativo contra a ascensão dos oficiais milicianos ao quadro permanente do exército
 - (mar.1974) Marcello confirma política militar para as “províncias ultramarinas”
 - (mar.1974) Reunião dos oficiais generais (“Brigada do Reumático”) para exprimir lealdade ao governo; ausências do Chefe do Estado-Maior (Costa Gomes) e do Vice-Chefe do Estado Maior (Spínola) que são demitidos.

- Progressiva politização do Movimento dos Capitães → Movimento das Forças Armadas (MFA)
 - (16.mar.1974) Golpe das Caldas (oficiais spinolistas) → fracasso e prisão de vários oficiais do MFA
 - (24/25.abril.1974) Operação “Fim Regime” 
 - Otelo Saraiva de Carvalho
 - [*E Depois do Adeus*](#) (vencedora do festival RTP 74 – Paulo de Carvalho); [*Grândola, Vila Morena*](#) (Zeca Afonso)
 - Ocupação da EN, RCP e RTP
 - Salgueiro Maia: Terreiro do Paço / Largo do Carmo
 - Rendição de Marcello Caetano a Spínola
 - Resistência da PIDE
 - [*Revolução dos Cravos*](#).

pág. 129, doc. 32 - Programa do MFA

3Ds: Democratizar, Desenvolver, Descolonizar.

2. A caminho da democracia

Desmantelamento das estruturas do Estado Novo

- Demissão PR, ministros, governadores civis, quadros administrativos; exílio Marcello e Thomaz → Brasil
- Extinção PIDE/DGS, Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa, ANP, Censura/Exame Prévio
- Libertação e amnistia de todos os presos políticos ; regresso dos exilados
- Legalização dos partidos políticos (PCP, PS) e dos sindicatos livres (Intersindical Nacional)
- Junta de Salvação Nacional (7 oficiais gerais)
- Liberdade e eleições no prazo de um ano.

Períodos do 25 de abril:

1 – do 25 de abril ao 28 de setembro;

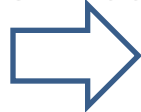
2 – do 28 de setembro ao 11 de março de 75;

3 – do 11 de março ao 25 de novembro

4 – 2 de abril de 76: aprovação da constituição.

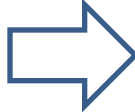


Tensões político-ideológicas

- Primeiro 1º de Maio (clima de unidade)
- Explosão reivindicativa espontânea incontrolável
- 2 correntes:
 - Spínola
 - Comissão coordenadora do MFA
- (jul.74) Demissão do primeiro-ministro (Adelino Palma Carlos)
- Nomeação do 2º governo provisório (Vasco Gonçalves – militar do MFA)
- (jul.74) [Lei 7/74](#) (descolonização)
- Spínola e a *maioria silenciosa*
- O 28 de setembro de 74: derrota dos spinolistas. Demissão de Spínola → Presidente da República: Costa Gomes. 




Tensões político-ideológicas (continuação)

- Radicalização
- COPCON (Comando Operacional do CONTinente, criado em jul.74) – Otelo substitui as forças militarizadas, colocando-se “ao lado do povo”
- Vasco Gonçalves aproxima-se do PC que se instala no aparelho de estado
- 11 de março de 75 (“matança da Páscoa”) 
 - Spínola foge para Espanha
 - Criação do Conselho da Revolução – órgão executivo do MFA para orientar o Processo Revolucionário Em Curso (PREC), rumo ao socialismo.

Tensões político-ideológicas (continuação)

- Nova radicalização
- Nacionalizações (banca, transportes, CUF...)
- COPCON: mandatos de captura em branco
- Poder Popular (Comissões de trabalhadores, moradores, ocupantes, soldados e marinheiros...)
- Saneamentos políticos
- Reforma agrária (Sul) → Unidades Coletivas de Produção (UCP)
- (11/4/75) 1º Pacto MFA-Partidos (partidos que concorrem comprometem-se a colocar na Constituição as exigências do MFA): substituído pelo 2º Pacto (26/2/76) → Cons. Revolução
- (25/4/75): eleições constituintes
 - Apelo à abstenção (sectores extremistas do MFA)
 - 1º PS, 2º PPD, 3º PCP, 4º CDS **pág. 135, Resultados.**

Tensões político-ideológicas (continuação)

- “Verão Quente” 
 - luta entre extremistas e moderados (quase guerra civil)
 - luta entre Norte / Sul
 - (jul.75) PS e PPD abandonam o governo de Vasco Gonçalves
 - assaltos a sedes, boicotes a comícios, atentados bombistas
 - cerco à Assembleia Constituinte
- Grupo dos Nove (Melo Antunes, Vasco Lourenço...)
- VI Governo Provisório → Pinheiro de Azevedo
- Demissão de Otelo
- 25 de novembro de 75: paraquedistas de Tancos avançam a favor de Otelo e são derrotados → Ramalho Eanes
- Fim da utopia.



Política económica antimonopolista e intervenção do Estado

- (set. 74) nacionalização dos bancos emissores (Banco de Portugal, Banco de Angola, Banco Nacional Ultramarino); indemnizações aos acionistas
- (nov.74) Decreto-Lei 660/74 permite a intervenção do estado nas empresas privadas acusadas de “sabotagem económica”
- (jan.75) primeiras ocupações de terras que alastram rapidamente
- (após 11/3/75): novas nacionalizações **pág. 138**
 - Banca e seguros...

Política económica antimonopolista e intervenção do Estado

- (abril-julho/75) legalização da Reforma Agrária **mapa pág. 140**
 - UCP, ±60.000 camponeses
 - Terra do Estado, alfaias e autogestão das comissões eleitas
 - Forte influência do PCP
- Legislação de proteção social
 - Salário mínimo nacional
 - Aumento das pensões sociais e de reforma
 - Legislação laboral dificulta os despedimentos
 - Aumento dos salários
 - Tabelamento dos preços de primeira necessidade
- Subida do poder de compra dos trabalhadores
- Inflação.

Opção constitucional de 1976

- Clima revolucionário na sociedade influencia os deputados
- Texto condicionado pelo pacto MFA-partidos
- Democracia pluripartidária, transição para o socialismo
- Sufrágio universal (legislativas e presidenciais)
- Base: Declaração Universal dos Direitos do Homem
- Igualdade perante a lei
- Independência dos tribunais
- Regiões Autónomas dos Açores e Madeira
- Poder local eleito
- Propriedade pública, privada e cooperativa
- Irreversibilidade das nacionalizações
- Conselho da Revolução, presidido pelo Presidente da República.

3. Reconhecimento dos movimentos de libertação e processo descolonizador

- “Travagem” inicial de Spínola
- Lei 7/74 – Reconhecimento do direito à independência das colónias
- Processo aprovado nos acordos:
 - Reconhecimento do movimento de libertação como representante do povo do território em causa;
 - Definição de um período de transição curto (meses);
 - Criação de um “governo” misto (Portugal/movimento de libertação);
 - Criação de um exército nacional em cada território.

Processo descolonizador (continuação)

- (ago.74) Acordo de Argel: reconhecimento da independência da Guiné-Bissau - PAIGC
- (set.74) Acordo de Lusaca: marca independência de Moçambique - FRELIMO
- (jan.75) Acordo de Alvor (não cumprido): marca independência para Angola – MPLA, FNLA, UNITA
- Fragilidade da posição portuguesa no terreno
- Perseguições raciais em Moçambique: fuga dos brancos para Portugal e África do Sul
- Desacordo entre 3 movimentos, saída da UNITA e FNLA do governo de transição, armamento de cada um dos movimentos, guerra civil.

Processo descolonizador (continuação)

- Fuga de portugueses para Portugal - retornados
- (nov.75) Portugal entrega o poder em Angola ao movimento que controla Luanda: MPLA
- Consequências:
 - Separação Guiné/Cabo Verde; golpes de estado sucessivos na Guiné;
 - Guerra civil em Moçambique – FRELIMO / RENAMO (até 1992);
 - Guerra civil em Angola (até 2002 – morte de Savimbi).

4. Revisão constitucional de 1982

- Mantém-se irreversibilidade das nacionalizações
- Extinto o Conselho da Revolução; cria o Conselho de Estado
- Retirado poder ao Presidente da República, aumentado o poder do parlamento
- Regime semipresidencialista
- Presidente da República
 - Sufrágio direto, universal e por maioria absoluta (2ª volta, se necessário)
 - Comandante supremo das forças armadas
 - Mandato por 5 anos (3x, das quais só 2 seguidas)
 - Garante da Constituição – poder de veto suspensivo
 - Designa o primeiro-ministro (partido + votado nas legislativas)
 - Pode demitir o governo e dissolver a Ass. da República.



4. Revisão constitucional de 1982 (continuação)

- Assembleia da República
 - Deputados eleitos pelos distritos, regiões autónomas, Europa e resto do mundo
 - Mandato por 4 anos
 - Grupos parlamentares por partidos
 - Órgão legislativo
 - Aprova Leis, Programa do governo, Orçamento de Estado
 - Pode demitir governo (moção de censura / confiança)
- Governo
 - Primeiro-ministro nomeado pelo PR entre o partido + votado
 - Poder executivo e legislativo (aprova Decretos-Lei, Despachos...)



4. Revisão constitucional de 1982 (continuação)

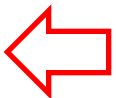
- Tribunais
 - Juízes nomeados pelos conselhos superiores de magistratura
 - Autonomia
 - Tribunal Constitucional (verifica constitucionalidade das leis)
- Poder local
 - Regiões autónomas
 - Governo e assembleia legislativa regional
 - Ministro da República (nomeado pelo PR)
 - Câmara Municipal
 - Assembleia Municipal
 - Junta de Freguesia
 - Assembleia de Freguesia.

- Reconhecimento internacional e prestígio ganho por Portugal (ONU, Europa)
- (jun.74) queda da ditadura dos coronéis (Grécia)
- (1975) fim do franquismo e início de um processo de monarquia constitucional (Espanha)
- Enfraquecimento dos regimes de minoria branca na África meridional (Rodésia [atual Zimbabué] e África do Sul [regime de Apartheid: importância de Nelson Mandela])
- Intervenção das superpotências nas ex-colónias portuguesas, nomeadamente, em Angola (contexto de guerra fria).

25 de abril de 1974

[Diário Popular de 25 de abril](#)

[Diário Popular de 26 de abril](#)



28 de setembro de 1974

[Cartaz convocando a manifestação](#)

Cronologia do 28 de setembro

“Em 28 de Setembro de 1974, fui detido pelo COPCON, como suspeito de «pertencer a uma associação de malfeitores»(!) Assim rezava a ordem de captura exibida (e lida em voz alta e nervosíssima) pelo oficial que comandava a pequena escolta que me foi buscar ao Banzão, onde me encontrava com a família em fim de férias. Levado para o RAL 1 (RALIS) , base do Copcon, depois transferido para Caxias, de onde saí em liberdade , sem qualquer acusação em 24 de Dezembro de 1974.”

Artur Agostinho, Até na Prisão Fui Roubado





11 de março de 1975

[Cronologia](#)

[Vídeo 1](#)


[Vídeo 2](#)

[Vídeo 3](#)

[Imprensa](#)



Verão Quente de 1975: “A cantiga é uma arma”

O Malhão não é reacionário 

Gritámos libertação
Depois de 48 anos
Gritámos libertação.
Ai malhão, malhão,
Gritámos libertação.
Fecharam-nos logo a boca
Porque éramos a reacção.

Chamam-nos reacionários
Por o nosso malhão ser diferente
Chamam-nos reacionários.
Ai malhão, malhão,
Chamam-nos reacionários
Temos que ser comunistas
Para ser revolucionários.

Comunistas não seremos,
Dissemos nas eleições,
Comunistas não seremos.
Ai malhão, malhão,
Comunistas não seremos,
Politizados ou não,
Sabemos aquilo que queremos.

Quim Barreiros (1975?)

[Refrão]
Pelo pão e pela Paz
E pela nossa Terra
Pela Independência
E pela Liberdade
Alerta! Alerta!
Às armas! Às armas!
Alerta!

Pelo PÃO que lhes rouba a burguesia
Que os explora nos campos e nas fábricas
Operários, camponeses hão-de um dia
Arrebatam o poder da burguesia
Abaixo a exploração
Pelo pão de cada dia!
Pois claro!
[Refrão]

Só teremos a paz definitiva
Quando acabar a exploração capitalista
camaradas soldados e marinheiros
lutemos juntos pela Paz no mundo inteiro
Soldados ao lado do povo!
Pela paz num mundo novo!
Pois claro!
[Refrão]

Alerta 

Pela TERRA que lhes rouba essa canalha
dos monopólios e grandes proprietárias
Camponeses lutem p'la Reforma Agrária
p'ra dar a terra àquele que a trabalha.
Reforma Agrária faremos!
A terra a quem a trabalha!
Pois claro!
[Refrão]

Pela INDEPENDÊNCIA NACIONAL
e a amizade entre os povos do mundo
fora o imperialismo internacional
que tem nas mãos metade de Portugal.
Abaixo o imperialismo!
Independência Nacional!
Pois claro!
[Refrão]

Não há povo que tenha liberdade
enquanto houver na sua terra exploração
Liberdade não se dá, só se conquista
não há reforma burguesa que resista.
DEMOCRACIA POPULAR!
E DITADURA PROLETÁRIA!
Pois claro!
[Refrão]

Grupo de Ação Cultural – Vozes na Luta
(José Mário Branco)
5º lugar no Festival RTP da Canção - 1975

